

“Trazemos o novo mundo em nossos corações”: os anarquistas e o esforço de construção de uma cultura alternativa em São Paulo na Primeira República.

Edilene Toledo (UNIFESP)

Resumo: A apresentação e o texto têm por objetivo central refletir sobre a participação de anarquistas no esforço conjunto de trabalhadores em São Paulo na Primeira República de construir uma cultura alternativa à cultura dominante, tanto no que se refere à criação de hábitos culturais, como o da leitura, do teatro, grupos de estudo, entre outros, como parte de um projeto de democratização do saber, quanto na criação de uma nova cultura política, questionando as rígidas hierarquias sociais, a exclusão dos trabalhadores, e tentando promover direitos civis e políticos como o direito à reunião e organização.

O anarquismo, assim como o socialismo e o sindicalismo revolucionário, em vários países do mundo, foi um elemento importante no processo de auto-organização da classe trabalhadora. Esse processo de organização política alterou também as formas de agregação social, recreativas e culturais dos trabalhadores. A circulação das idéias anarquistas, socialistas e sindicalistas com campanhas, comícios, a imprensa, as publicações, a organização do tempo livre e as formas autônomas de organização popular e proletária, que vão adaptando tradições religiosas e culturais, demonstram como foram numerosos os percursos e instrumentos que fizeram parte dessa politização das relações sociais.

Os valores e comportamentos veiculados por esses movimentos foram capazes de questionar e desconstruir hierarquias sociais consolidadas e uma mentalidade tradicional que pretendia condenar a maior parte dos trabalhadores a permanecer fora da política, institucional ou não. No contexto do Brasil da Primeira República, as reivindicações operárias, influenciadas, em parte, pelo anarquismo, eram também um esforço de criação de uma cultura de democracia, porque muitas vezes as lutas não visavam somente melhorar salários e reduzir jornadas de trabalho, mas assegurar o direito à própria existência, ou seja, garantir condições de democracia e de civilidade

onde o movimento e a organização dos trabalhadores pudessem ser reconhecidos como um elemento legítimo na sociedade.

Assim como outras idéias que circularam pelo mundo afora, a imagem de uma sociedade de livres e iguais, onde o Estado, as igrejas e o capitalismo tivessem desaparecido, povoou corações e mentes também no Brasil, entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do XX. Eram professores, médicos, advogados, mas também muitos operários que viram no anarquismo uma possibilidade efetiva de transformação de si mesmos e da sociedade em que viviam.

Desde então, o movimento anarquista no Brasil nunca desapareceu, embora tenha perdido sua força numérica já nos anos 1920 e 1930, como ocorreu também em outras partes do mundo, com o surgimento dos partidos comunistas, com o aumento da presença do Estado e após a destruição da experiência libertária na Guerra Civil Espanhola, fechando o ciclo do que se convencionou chamar de anarquismo histórico.

Este texto tratará do esforço de construção de uma cultura alternativa em parte desse período histórico do anarquismo no Brasil, no início do século XX.

Além desse período, o movimento anarquista mais recente marcou presença no cenário brasileiro, quando as idéias libertárias retomaram sua força política em várias partes do mundo, a partir dos anos 1960 e 1970, e influenciaram movimentos sociais vários como o estudantil, o feminista, o ecologista, o hippie e penetraram com força também nas universidades, no contexto da chamada contracultura, um novo capítulo do esforço do anarquismo na construção de uma cultura alternativa.

Estudos da perspectiva libertária na história do socialismo têm sido feitos já há décadas no Brasil, quando se deixou de analisá-la como curiosidades pré-políticas ou fracassos históricos. A decepção de muitos com a experiência do socialismo e o fato de que algumas previsões anarquistas, como os perigos da burocratização e da centralização de poder, haviam se mostrado realistas e a retomada de alguns temas caros ao anarquismo fizeram ressurgir seu lado forte. As pesquisas concentram-se na Primeira República, sobretudo no período que vai do fim do século XIX até os anos 1920, quando o anarquismo teve mais força.

Desde a participação dos mutualistas de Proudhon nas discussões que levaram à fundação da Primeira Internacional ou das irmandades fundadas por Bakunin, o anarquismo foi um movimento internacional e só posteriormente se desmembrou em movimentos nacionais. Aqueles que se convertiam ao anarquismo nas várias partes do mundo reconheciam-se em um projeto internacional comum, embora, em cada país, os trabalhadores utilizassem a linguagem e a ação do anarquismo como resposta a seus problemas e preocupações concretos. O esforço de superação das fronteiras nacionais e do nacionalismo fazia parte desse esforço amplo de transformação da cultura política dos trabalhadores.

As idéias anarquistas penetraram no Brasil de vários modos: livros, folhetos e jornais chegavam de navios vindos da Europa, pelo porto do Rio ou de Santos e de lá circulavam pelo país, atingindo até as pequenas cidades como a que foi cenário da interessante experiência libertária do farmacêutico-artista Avelino Foscolo no interior do estado de Minas Gerais¹. A literatura anarquista passava livremente de país para país e as obras dos anarquistas russos Bakunin e Kropotkin e do italiano Errico Malatesta eram traduzidas para muitas línguas, possibilitando assim um grande intercâmbio de idéias e propaganda. A imprensa anarquista noticiava as atividades dos grupos, destacando sempre a existência de bibliotecas e os grupos de leitura e discussão. Compartilhando a fé positivista na ciência, os anarquistas consideravam que os trabalhadores tinham o direito de compartilhar e usufruir do saber construída ao longo da história.

No congresso anarquista de Amsterdã em 1907, decidiu-se pela fundação de uma Internacional e a criação de um *bureau* encarregado de manter relações com os anarquistas de diversos países para ampliar a troca de informações. No mesmo congresso, as discussões sobre o sindicalismo trouxeram grande alvoroço ao já conturbado território anarquista, marcado por um quadro complexo que reunia mutualistas, coletivistas, individualistas e anarco-comunistas. No Brasil também os grupos anarquistas apresentaram diferentes orientações.

¹ Ver Regina Horta Duarte. *A trajetória libertária de Avelino Foscolo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

Apesar da heterogeneidade de opiniões entre os anarquistas, havia unanimidade em relação a certos aspectos, que unia os vários movimentos em todo o mundo: a necessidade da abolição do Estado, a recusa da tática eleitoral e parlamentar, a oposição à idéia de um partido centralizado, a defesa da ação direta e a valorização da individualidade.

O grupo de propaganda era, em geral, a célula organizativa do movimento anarquista, em que todos podiam entrar e sair, sem obrigações ou sanções. Elísio de Carvalho observava em uma revista anarquista do Rio de Janeiro que os grupos eram

“abertos a todos os indivíduos os quais podem entrar e sair quando entenderem, existindo ausência completa de obrigação e sanção e sem outro objeto que não seja o desejo de viverem mais em harmonia com a concepção de vida social futura que concebe o anarquismo”².

A falta de uma organização de partido que exigisse uma uniformidade ideológica favorecia a heterogeneidade na formação dos militantes. Na experiência brasileira também florescia uma característica de toda imprensa libertária: uma despreocupação com a coerência doutrinária e com as implicações teóricas gerais das afirmações particulares. De qualquer modo, foi muito grande entre os anarquistas do Brasil na Primeira República a influência do anarco-comunismo de Kropotkin e Malatesta, além dos anarquistas franceses do período, como Reclus, Faure e Grave.

No entanto as diferenças entre os anarquistas apareceram e se tornaram conflituosas em vários momentos. É provável que as diferenças entre stirnerianos, tolstoianos, kropotkianos, malatestianos e outros trouxesse inconvenientes para o movimento. Mas quando havia, no início do século XX, campanhas homogeneizadoras, a crítica era sobretudo ao individualismo exagerado, inspirado em Max Stirner.

No Brasil, essa tendência manifestou-se sobretudo no Rio de Janeiro, onde os individualistas se reuniram em torno da revista *Kultur*, dirigida por Elísio de Carvalho. As críticas mais duras dos anarco-comunistas eram endereçadas sobretudo ao individualismo dos artigos do operário português Mota Assumpção e do próprio Elísio de Carvalho. Esses individualistas cariocas davam ênfase às discussões filosóficas da doutrina, mas guardavam diferenças profundas em relação aos individualistas franceses,

² *Kultur*, Rio de Janeiro, 1904, p.2.

por exemplo, cuja opção individualista tendia à defesa e à prática de ações violentas. Os conflitos com individualistas no Brasil estavam ligados ao que se considerava uma aproximação deles com um dos principais alvos da crítica anarquista: o pensamento liberal.

A partir de 1906, no Brasil e no mundo, a crítica será, em sua grande parte, à adesão ao sindicalismo revolucionário, o que, para muitos teóricos, caracterizava o abandono da teoria anarquista.

A ação mais difundida entre os anarquistas era, como dissemos, a do grupo de propaganda. De fato, a base da vida política do anarquismo no Brasil era a cooperação voluntária entre pequenos grupos distintos, espontaneamente constituídos. Não parece que esses grupos tivessem uma estrutura fixa. Provavelmente, os novos membros entravam por recomendação de algum antigo – como no caso daquele que seria um de seus mais ativos militantes, Edgard Leuenroth, levado ao anarquismo, em 1904, pelo poeta Ricardo Gonçalves – e continuavam juntos até que os desentendimentos ou a repressão desagregasse o núcleo.

As fontes indicam que esses grupos eram compostos sobretudo por trabalhadores manuais: tipógrafos, lixeiros, sapateiros, operários de olarias, pedreiros, carpinteiros, chapeleiros, ferroviários e outros. Provavelmente vários trabalhadores aderiam ao anarquismo inspirados pela leitura de algum jornal. Certamente os mais instruídos liam para os demais e é possível que um mesmo jornal passasse por várias mãos e fosse conservado e relido.

Esses grupos eram centros de discussão, mas alguns se especializavam em atividades concretas, como criação de escolas, publicação de livros e folhetos, correspondência com a imprensa anarquista e operária no exterior, criação de centros de estudos e bibliotecas, publicação de jornais, atividades teatrais, organização de conferências, debates, picnics, viagens de propaganda, entre outras. As várias fontes demonstram que, muitas vezes, um mesmo militante participava de vários grupos.

Muitas vezes a ação de propaganda desses grupos se dava através das publicações anti-eleitorais, anti-militaristas, anticlericais e anti-burguesas e em campanhas a favor de presos. Fizeram no Brasil também muitos comícios públicos

contra a guerra e o serviço militar obrigatório. Apoiaram também os trabalhadores russos por ocasião da revolta de 1905, os mexicanos em 1910, os russos em 1917 e reverenciavam os Mártires de Chicago, no dia Primeiro de Maio. Em 1924, inúmeras manifestações de solidariedade foram feitas aos anarquistas italianos Sacco e Vanzetti, acusados injustamente e mortos, em 1927, pela justiça dos Estados Unidos.

Tarefa essencial do militante era também discutir o anarquismo com outros anarquistas e falar e escrever nos jornais, comícios, campanhas e conferências. O sonho de cada grupo era ter seu próprio jornal, e depois o de transformar o jornal em semanário.

Ainda que formalmente desconectados, os pequenos grupos gravitavam em torno de um núcleo de atração, de onde vinha, talvez, a liderança efetiva do movimento. A imprensa tinha o papel de agente de ligação e os grupos se correspondiam com outros grupos e jornais de outras partes do Brasil e do mundo.

Para os anarquistas somente a educação, criando novas mentalidades, despertando vontades, trazendo o homem mais próximo do que desejou a natureza, garantiria o êxito da revolução social. A educação tinha também a função de tornar possível o acesso a uma consciência revolucionária. Por isso ela ocupava um lugar central no pensamento anarquista e inúmeras iniciativas de natureza educacional, tanto no âmbito teórico como no prático foram realizadas. É certo também que o esforço pela democratização da educação era comum às mais diferentes tendências socialistas do período. Toda a esquerda acreditava na luta da razão contra a ignorância, do progresso contra o passado, na ciência e na educação.

De fato, uma característica do período, e um grande avanço intelectual, foi o desenvolvimento amplo da instrução e do autodidatismo populares e o aumento dos leitores nesses estratos. Isso teria sido também uma das principais funções dos movimentos da classe trabalhadora e um dos maiores atrativos para os militantes.³

Portanto, além de incentivar a luta do operariado contra a exploração capitalista, o movimento anarquista tinha também por objetivo a propagação de seu ideário político e de uma moral não contaminada pelos dogmas da Igreja, do Estado e pela moral

³ Sobre essas questões ver Eric Hobsbawm. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 364.

burguesa. Dispostos a despertar nos homens as energias morais que lhes dariam o controle do seu destino, os anarquistas propunham uma sociedade que além da destruição do Estado e da burguesia supunha a produção de uma outra humanidade: acreditavam que o caminho para a transformação da sociedade era a transformação das pessoas pela educação e pela propaganda. Nesse esforço em favor da educação, a imprensa era o principal meio de expressão das idéias, pois era o único veículo de grande alcance.

Os anarquistas apontavam também o que consideravam os efeitos negativos de uma educação controladora e disciplinadora, por criarem indivíduos submissos, sem iniciativa, sem autonomia e propunham uma educação com objetivos, princípios e métodos novos, que buscasse estimular a originalidade, a iniciativa, a responsabilidade, a autonomia. A versão brasileira dessa nova experiência educacional, bem como a de outros países da América Latina, foi profundamente influenciada por um amplo movimento de renovação pedagógica que ocorreu na Europa no fim do século XIX e início do XX. Os temas relativos à educação racionalista, inspirada no pensamento e na experiência do pedagogo espanhol Francisco Ferrer na sua Escola Moderna de Barcelona, eram constantes na imprensa anarquista nas várias partes do Brasil. A condenação e morte de Ferrer, em 1909, provocou uma comoção mundial nos ambientes de esquerda, e incentivou ainda mais a propagação de suas idéias.

Muitos anarquistas criaram aqui no Brasil as chamadas Escolas Modernas⁴. Homens como o brasileiro João Penteadado e o português Adelino de Pinho dedicaram suas vidas a essas experiências novas em educação, ensinando crianças filhas de anarquistas e outros trabalhadores. As experiências educativas se davam tanto no plano formal nas escolas, como nos centros de estudo, sindicatos, ou através da literatura, do teatro, dos jornais.

No Rio de Janeiro, o grupo de anarquistas associado ao individualismo esteve ligado à experiência da efêmera Universidade Popular, que tinha como objetivo a instrução e a educação superior do proletariado. Essa experiência, apesar da sua pouca duração, despertou grande entusiasmo entre os anarquistas de São Paulo que, como os

⁴ Sobre as escolas ver entre outros Flávio Luizzetto. *Presença do anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional 1900-1920*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de São Paulo, 1984 e Regina Jomini. *Uma educação para a solidariedade*. Campinas, Editora da Unicamp, 1991.

idealizadores da Universidade, visavam proporcionar ao proletariado uma educação “de acordo com os progressos da ciência contemporânea”.⁵

A imprensa anarquista tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro registrava com frequência as apresentações de peças de teatro, escritas pelos próprios militantes. Esses dramas com conteúdo social ou de clara propaganda anarquista eram encenadas inúmeras vezes nos teatrinhos populares. Em São Paulo, uma das peças mais famosas e mais representadas parece ter sido *Il Giustiziere* (O Justiceiro), escrita no Brasil pelo militante sindicalista Giulio Sorelli. A história rememorava os tumultos populares contra o aumento do pão ocorridos na Itália em 1898, aos quais se seguiu uma repressão sangrenta, com a morte de mais de cem manifestantes. O rei da Itália condecorou o comandante da operação e por isso Gaetano Bresci, anarquista que assassinou o rei em 1900, foi aclamado pela imprensa anarquista, também no Brasil, como o vingador, o justiceiro da peça de Sorelli.

A literatura também foi compreendida pelos anarquistas no Brasil como uma importante obra educativa. Em 1903, foi publicado no Rio de Janeiro o romance *Ideólogo*, de Fábio Luz, médico e higienista que se tornou anarquista após a leitura da obra de Kropotkin. Esse romance representaria um marco desse tipo de propaganda do movimento anarquista no Brasil. A partir daí, a “literatura útil” anarquista passaria a integrar o cenário da vida cultural da época, procurando atingir vários segmentos sociais. Fábio Luz escreveu também *Os Emancipados* e Manuel Curvello de Mendonça, anarquista inspirado pela doutrina de Tolstói, publicou o romance *Regeneração*. A eles se juntaria com vários livros e peças de teatro Avelino Foscolo, de Tabuleiro Grande, interior de Minas Gerais.

Não há dúvida de que o sindicalismo revolucionário e o anarquismo foram elementos importantes na história política dos trabalhadores brasileiros. Até mesmo os autores mais críticos do anarquismo, que consideram que ele não trouxe nenhuma contribuição significativa à teoria socialista, reconhecem que ele foi um elemento crítico importante.

⁵ “Conferência de Elycio de Carvalho”. *O Amigo do Povo*, 23-04-1904, p.3.